

# **A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE**

## **THE IMPORTANCE OF SOCIETY IN THE PREVENTION OF CRIMINALITY**

Carla Carolina Moreira Desingrini<sup>1</sup>

Johnathan Tarley A. R. Rodrigues<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A segurança pública está intrinsecamente ligada à segurança social ou garantia aos direitos, sendo dependente de estruturas estatais e da sociedade, e se mostra um desafio a ser superado na contemporaneidade, sendo imprescindível a participação da sociedade, por meio de instituições representativas, pois se trata de um tema complexo. Outro obstáculo a ser superado é a atuação limitada por parte da polícia, observa-se baixo investimento em aparelhagem e aparato bélico, defasagem e ausência de aperfeiçoamento dos efetivos. Diante dessa situação, gestores de políticas públicas têm buscado constantemente estratégias para se adequar ao cenário de cada região, para encontrar a forma de atuação mais eficaz para as forças policiais. Este trabalho de conclusão de curso (TCC) objetiva justamente contribuir para o debate sobre políticas de segurança pública, ouvindo a sociedade civil e o Estado como aplicador do direito, para que se possa encontrar possíveis soluções para a problemática, apresentando visões divergentes para as políticas que são aplicadas no Brasil.

Palavras-chave: Segurança Pública, Políticas Públicas, Garantia de Direitos

### **ABSTRACT**

Public security is intrinsically linked to social security or guarantee of rights, being dependent on state structures and society, and is a challenge to be overcome in contemporary times, with the participation of society being essential, through representative institutions, as it is of a complex topic. Another obstacle to be overcome is the limited action on the part of the police, there is low investment in military equipment and apparatus, lag and lack of retraining of personnel. Faced with this situation, public policy managers have constantly sought strategies to adapt to the scenario of each region, to find the most effective way of acting for police forces. This course conclusion work (TCC) aims precisely to open the debate on public security policies, listening to civil society and the State as an applicator of the law, so that possible solutions to the problem can be found, presenting divergent visions for the policies that are applied in Brazil.

Keywords: public security, public policies, guarantee of rights

---

<sup>1</sup> Carla Carolina Moreira Desingrini; Tecnólogo em Estética e Cosmética; carlac.moreira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor Orientador: Bacharel em Direito (UFG); Especialista em Políticas Públicas (UFG); Especialista em Policiamento Comunitário (UNISUL); Especialista em Altos Estudos em Segurança Pública (UEG); Mestre em Desenvolvimento Regional (MDR-Unialfa); Tenente-Coronel da PMGO, tarleypmgo@gmail.com.Goiânia-Go, Outubro de 2023.

## INTRODUÇÃO

Tendo a segurança pública como eixo de garantia da cidadania, o sistema político contemporâneo tem sido remontado constantemente atendendo ao dinamismo da sociedade, além disso se mostra consolidando o processo de civilização em curso neste século.

Vleminckx (2023) afirma em síntese que a segurança social trata-se da principal garantia aos direitos, além do cumprimento de deveres instituído nos ordenamentos jurídicos, dependente de estruturas estatais e da sociedade para ser empregada, tratando-se de um desafio para todas as partes envolvidas, despertando interesse de estudiosos e intelectuais do meio civil e governamental. Assim, sem segurança social as formas de enfrentamento da criminalidade acabam se mostrando insuficientes.

Constantemente são criadas estratégias e formas de enfrentar a violência, entretanto torna-se imprescindível que a sociedade participe, podendo ser representada por meio de instituições representativas, ouvindo seus membros e considerando seus anseios ao que se refere à elaboração de políticas públicas, pois trata-se de um tema complexo e inócuo sem a efetiva participação social, além de um meio de aplicar a democracia e instituições da segurança cidadã.

Nesta filosofia de trabalho surge o termo “Polícia Comunitária” que seria um formato de policiamento que busca estabelecer uma estreita conexão com a comunidade, incentivando a participação ativa dos cidadãos no processo de prevenção criminal. Essa integração vai além das atividades puramente repressivas, promovendo o envolvimento dos agentes no terreno e contribuindo para a melhoria das condições de vida locais. Embora não seja um substituto completo das práticas policiais convencionais, esse modelo tem sido reconhecido como uma redefinição significativa do papel policial nas últimas décadas (SILVA, A., 2001, p. 20).

A mencionada citação reforça que a prática eficaz da Polícia Comunitária demanda a colaboração de diversas esferas sociais. Destacam-se, a participação ativa da comunidade em geral, o engajamento de autoridades civis eleitas, a colaboração com o setor empresarial, o envolvimento de outras instituições e a interação com os meios de comunicação. Este enfoque visa fortalecer as relações entre a Polícia e a comunidade, transcendendo o mero combate ao crime e incorporando a participação coletiva na construção de ambientes mais seguros e saudáveis.

Acentuando a discussão referente à prevenção e repressão à criminalidade, que se trata de meios legais e estratégicos utilizados por órgãos de todas as esferas federativas, especialmente os de segurança pública para conter a violência. Nota-se que a atuação por parte da polícia é limitada, visto a falta de investimento em aparelhagem como armas não letais, armas letais, coletes balísticos, viaturas, entre outros, além da desvalorização dos profissionais,

defasagem e ausência de aperfeiçoamento dos efetivos policiais.

Nessa celeuma, visões paralelas e adversas estreitamente ligadas ao movimento das relações de governantes e governados são o que definem a construção da política. Assim a política pública seria uma estratégia pensada e planejada de ação que no final seria avaliada pela coletividade tendo como parametro a sensação de segurança.

O controle da criminalidade é fundamental para a manutenção da lei e da ordem pública, sendo de extrema relevância para a sociedade e, quando bem executado, resulta em profissionais policiais resguardados e mais seguros para exercerem suas atividades laborais. Para os cidadãos ficam garantidos o direitos de ir e vir sem o receio de ter sua vida ceifada, pertences subtraídos ou integridade física retirada.

Diante do cenário exposto, os gestores de políticas públicas – que de acordo com matéria da CNN Brasil (2023) seriam ações desenvolvidas pelos governos que garantem direitos às populações em geral, objetivando seu bem estar – buscam estratégias que possam se adequar ao cenário de cada região, restando o questionamento: Qual seria a forma de atuação mais adequada para lidar com a problemática, principalmente no âmbito policial?

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo contribuir para o debate da política de segurança pública no Brasil, captando visões dos dois lados protagonistas nesse processo, sociedade civil e Estado aplicador do direito, além de tentar encontrar possíveis soluções para a problemática, apresentando um contraponto para as políticas que são aplicadas no Brasil.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

Antes de 1980, as políticas de segurança pública eram, em essência, centralizadas financeira e decisivamente na esfera federal, excluindo a sociedade civil na formulação das políticas de segurança pública (Katál, 2011, Farah, 2006).

Atualmente, trata-se de um conceito ultrapassado pois a segurança pública seria um processo planejado, que envolve a dependência das instituições com a população, incluindo combate à criminalidade e punições, visto que caracteriza-se a sociedade como um emaranhado de relações, situando o Estado como pilar central de controle social, que utiliza de aparatos e mecanismos institucionais, regulados pela constituição (Adorno, 1996; Bengochea *et al.*, 2004; Saporì, 2007), sendo considerado um processo sistêmico e otimizado envolvendo ações públicas e comunitárias, objetivando assegurar a proteção da coletividade e do indivíduo, com foco na reinserção dos que violaram a lei e não se limitando à justiça da punição, garantindo assim cidadania e direitos a todos (Bengochea *et al.*, 2004).

Esses conceitos são referendados com os dados do Observatório de Segurança Pública, apresentados pelo site da Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás (2021), unidade da federação que tem se mostrado um expoente em âmbito nacional no combate à criminalidade, onde as forças policiais têm atuado de forma integrada, com inteligência e independência, atingindo redução significativa dos números de crimes graves conforme exemplificados nas tabelas que seguem:

**Tabela 01.** Índice de redução de Crimes Violentos Letais Intencionais

CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS	ÍNDICE DE REDUÇÃO 2020/2021
Homicídio doloso	-18,40%
Latrocínio e lesão corporal seguida de morte	-26,10%
Média geral	-18,32%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (Autor: Secretaria de Comunicação – Governo de Goiás, 2021)

**Tabela 02.** Índice de redução de Crimes Violentos Contra o Patrimônio

CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO	ÍNDICE DE REDUÇÃO 2020/2021
Roubos em residências	-28,50%
Roubos em comércios	-28%
Roubos de veículos	-25,50%
Roubos a transeuntes	-25,10%
Média geral	-25,50%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (Autor: Secretaria de Comunicação – Governo de Goiás, 2021)

Quando se trata de “Estado neoliberal”, intrinsecamente surge o termo “Estado penal”, que não seria nada além de um impedimento do aumento da marginalização, levando-se em conta pesquisas e estudos que procuram mostrar os efeitos nas segregações globais, principalmente, se tratando de populações periféricas tanto adulta quando infante juvenil (Passetti, 2003).

Wacquant, em 2001, afirmou que a criminalização da pobreza e da miséria estaria relacionado à insegurança social ocorrida em diversos locais, resultado de uma dessocialização

do trabalho assalariado e da redução das relações humanas a nada mais do que mercadorias.

Em suma, o conceito impõe que o aumento de crimes e punições ocorra em virtude da corrosão, do enfraquecimento das relações sociais, da fragilização das formas de trabalho (Wacquant, 2001).

## **METODOLOGIA**

Para atingir o objetivo do presente estudo, foram realizadas pesquisas documentais e coleta de dados utilizando-se a metodologia “Quali-Quantitativa” que seria uma fusão entre os modelos Qualitativo e Quantitativo, ou seja, aglutina elementos provenientes das duas abordagens, se mostrando relevante para o entendimento de eventos e processos, exigindo reflexões por parte do pesquisador. Esse método também é conhecido como misto (Knechtel, 2014).

Denzin e Lincoln, 2006, definem que a pesquisa Qualitativa refere-se à interpretação da sociedade, ou seja, estudo baseado em significados e fenômenos conferidos às pessoas. Em conformidade com o raciocínio, Vieira e Zouain, 2005, atribuem à pesquisa Qualitativa importância substancial aos depoimentos dos inquiridos e aos significados assinalados, contendo descrições detalhadas de elementos e fenômenos envolvidos.

Já a pesquisa Quantitativa, que segundo Michel, 2005, trata-se de uma coleta social, baseando-se em quantificação em suas modalidades, bem como no tratamento das informações adquiridas, para tal recorrendo à técnicas estatísticas, como por exemplo média, percentual, coeficiente de correlação, dentre outros.

Ainda segundo Michel, os dados são utilizados, objetivando a garantia da precisão dos resultados e, em geral, tratam-se da construção de inquéritos por questionário, inquirindo diversas pessoas.

Dessa maneira, a produção efetuada durante a observação fornece dados para a formação de interpretações diversas e ainda não perscrutadas diante do panorama ora estudado, sendo um meio relevante para entendimento do tema (Minayo, 1998).

Seguindo a premissa descrita, foram realizadas entrevistas contendo 10 (dez) questões objetivas respondidas pelos entrevistados com o intuito de clarificar as diferentes visões e os contrastes existentes no que tange a segurança pública em geral, bem como sobre a atuação das polícias.

Os questionários foram aplicados por intermédio de meios eletrônicos, entre os dias 01/10/2023 e 05/10/2023, tendo como universo populacional 32 (trinta e dois) membros do Conseg – GO.

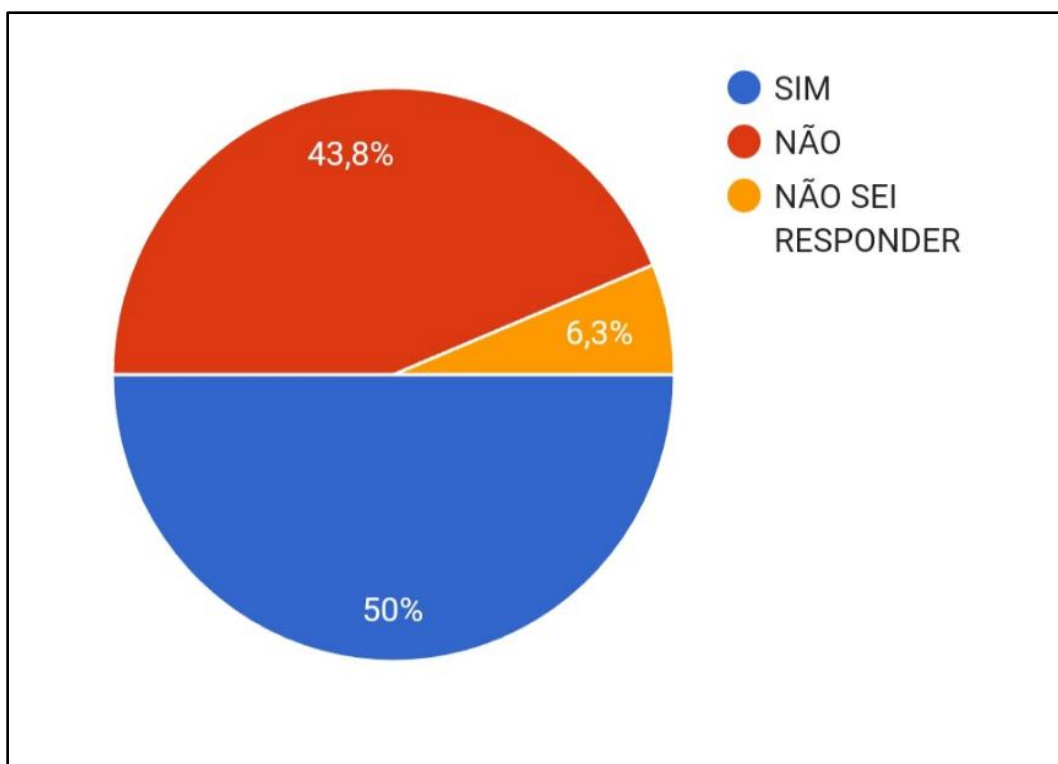
Citado em matéria veiculada no site da Polícia Penal (2023) os Consegs são entidades qualificadas pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), possuindo funções marcantes, dando suporte ao trabalho policial, sempre integrando as forças de segurança e a comunidade, possuindo notável importância para a redução da criminalidade, vindo ao encontro dos objetivos do estudo em epígrafe.

Após a aplicação dos questionários, os dados obtidos foram ordenados em gráficos que englobam respostas semelhantes na esperança de que possam embasar futuras políticas de segurança pública bem como atuações policiais no combate à criminalidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira questão visa coletar uma visão ampla das pessoas sobre “confiança mútua entre as instituições de segurança pública e a sociedade”, mesmo tendo sido constatada grande diminuição da violência conforme detalhado anteriormente, ainda assim, 43% dos entrevistados não acreditam que haja confiança e 6,3% não souberam responder.

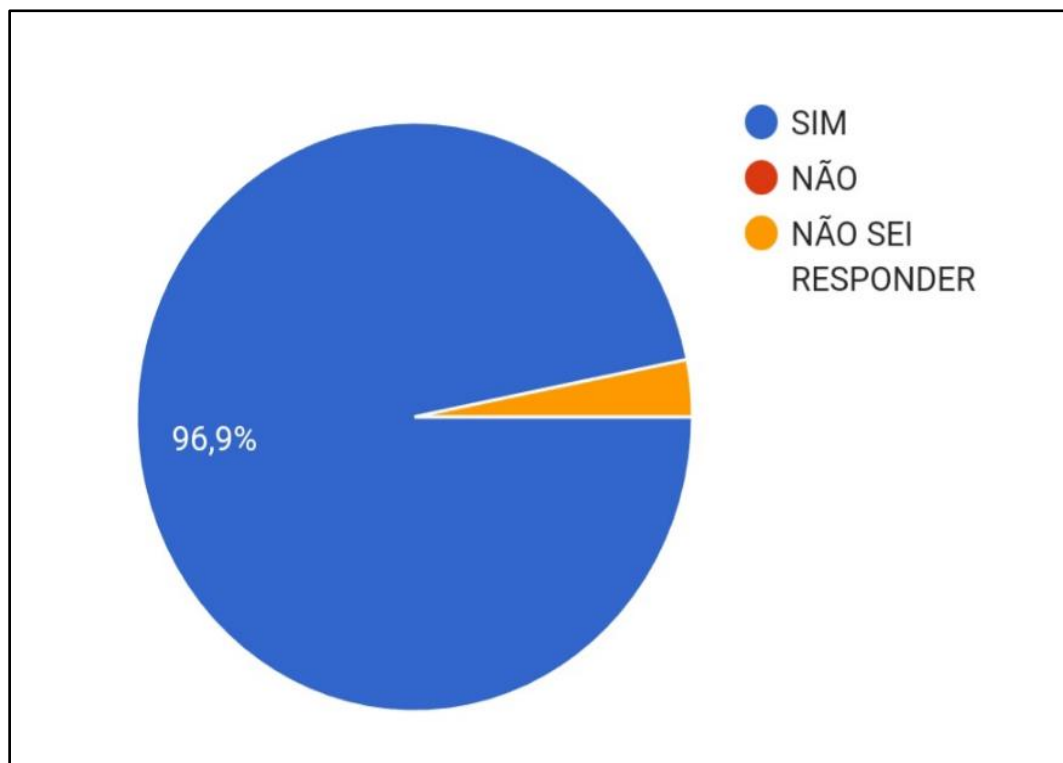
**Gráfico 01.** Na sua opinião existe confiança mútua entre as instituições de segurança pública e a sociedade?



Fonte: Elaboração própria (2023)

Apesar do tema “polícia como prestadora de serviço para a comunidade” ser amplamente discutido, não se tem formado um consenso entre os entrevistados sobre tal atuação, sendo que 3,1% não souberam responder.

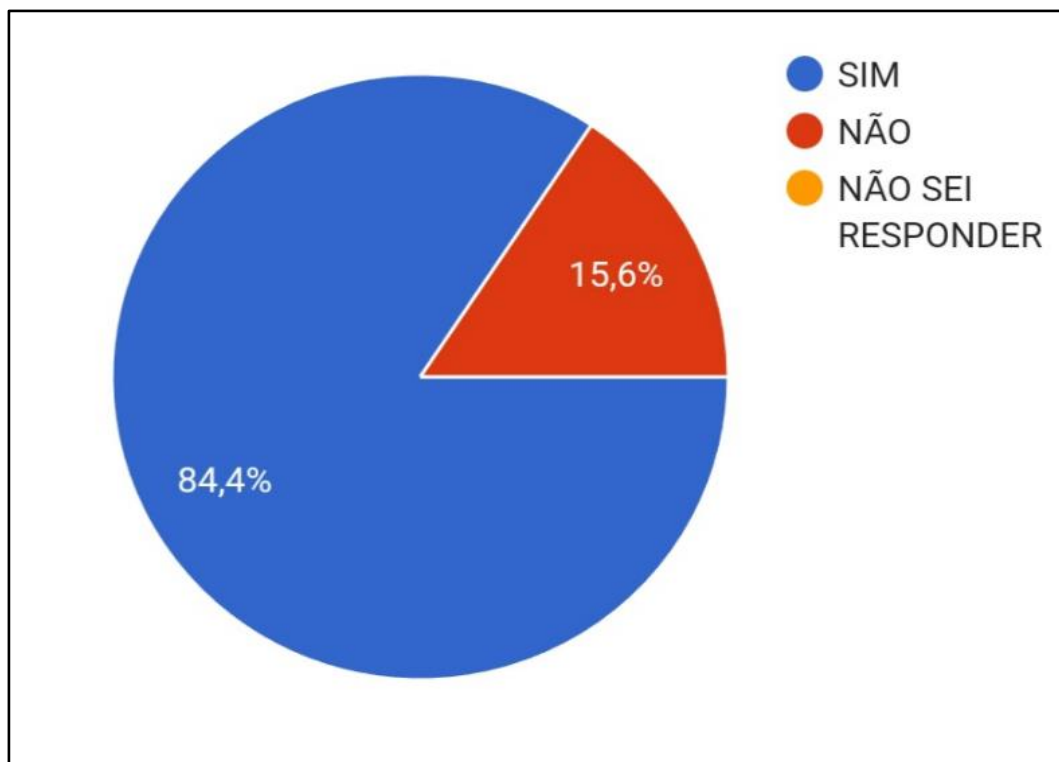
**Gráfico 02.** As polícias dos governos democráticos deveriam adotar, cada vez mais, a cultura de prestação de serviços da Polícia Comunitária, a qual deve estar diretamente envolvida com o cidadão?



Fonte: Elaboração própria (2023)

A questão trata-se de uma ramificação da anterior e demonstra que mesmo pessoas que acreditam no conceito de “polícia como prestadora de serviços para a comunidade” não concordam que a atual atuação têm ocorrido de tal forma, tendo 15,6% respondido “não”.

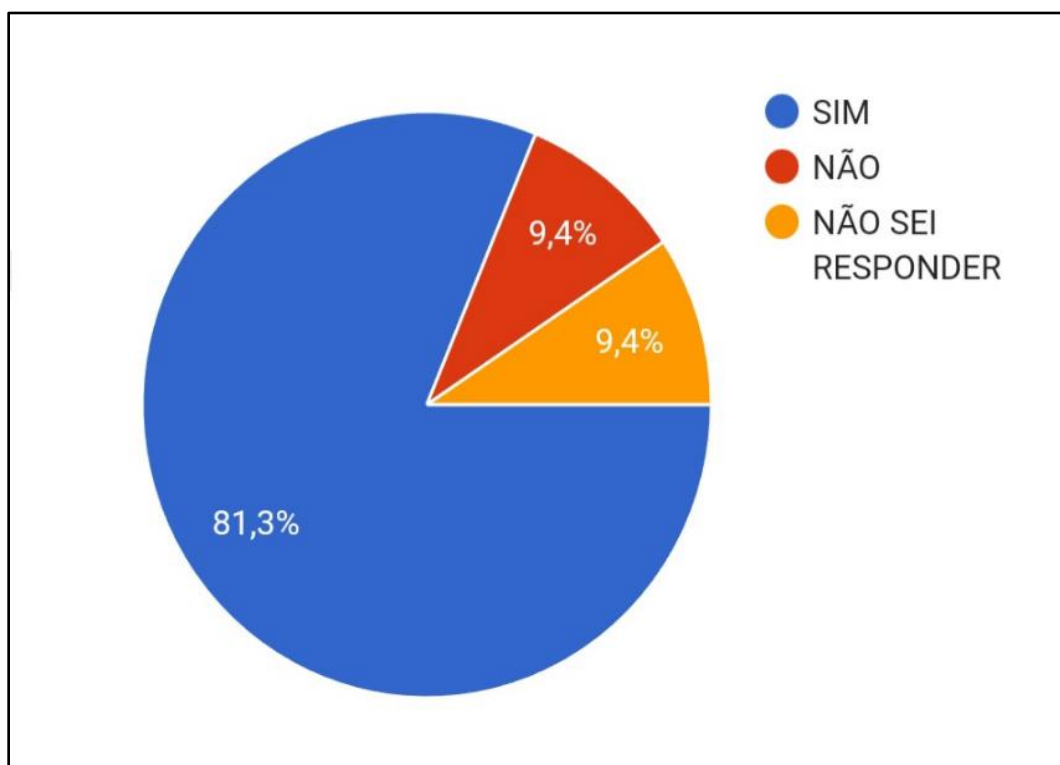
**Gráfico 03.** Você acredita que as Polícias atuam como prestadores de serviço para a comunidade?



Fonte: Elaboração própria (2023)

O próximo questionamento chama atenção, pois, mesmo em um ambiente em que a informação possui propagação rápida, e que em tese haja transparência no conteúdo, ainda assim, 9,4% dos entrevistados não acham que o governo deveria disponibilizar informações referentes às estruturas das polícias e metodologias de trabalho, e outros 9,4% não souberam responder.

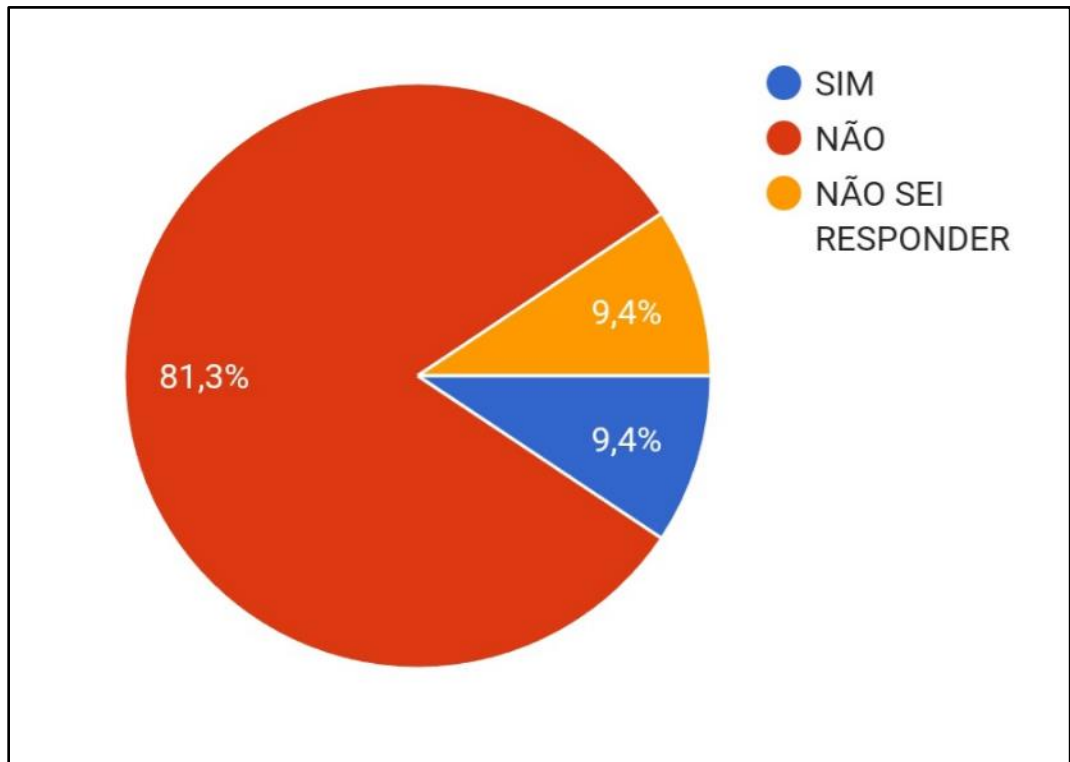
**Gráfico 04.** O governo deveria disponibilizar informações de como estão as polícias, tanto estruturalmente quanto de metodologia de trabalho?



Fonte: Elaboração própria (2023)

Muito tem se discutido no que concerne a pauta da desmilitarização das Polícias Militares, porém 9,4% não souberam responder, se mostrando um tema sensível, mas a ampla maioria, 81,3% não entende que tal política pública seria benéfica para a sociedade.

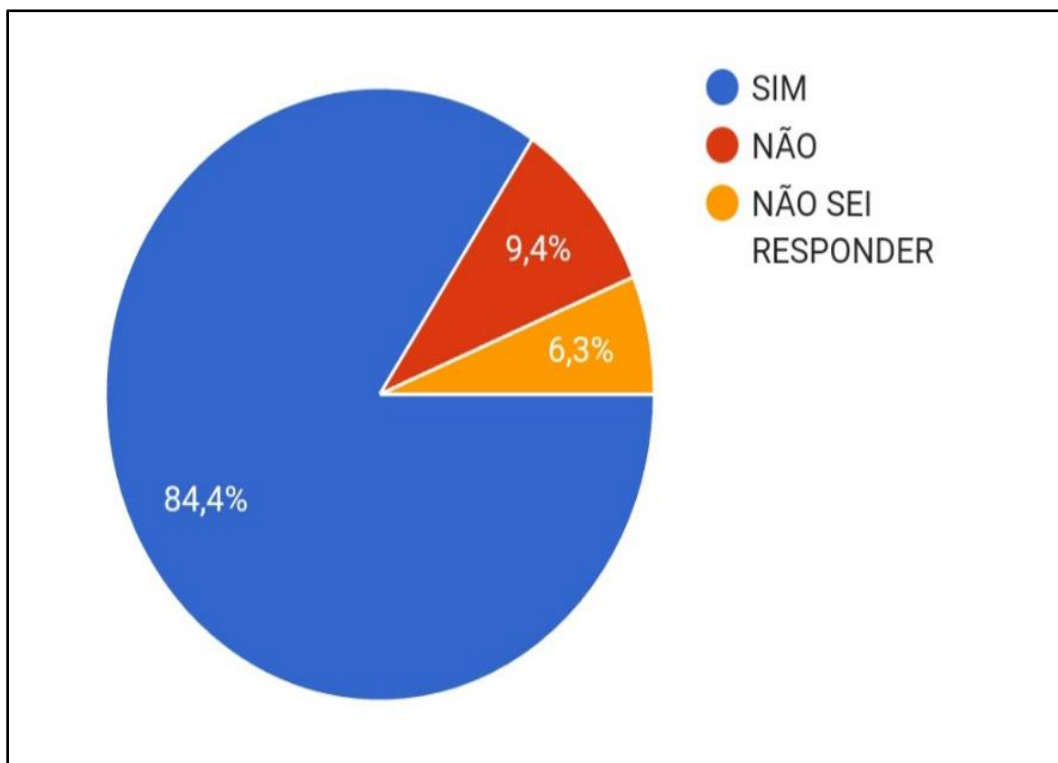
**Gráfico 05.** Na sua opinião, a pauta política que tem tentado desmilitarizar as PMs e passar a ter coordenadorias ocupadas por civis traria benefícios para a sociedade?



Fonte: Elaboração própria (2023)

A Polícia Militar, um dos pilares da segurança pública, é uma instituição confiável para 84,4% das pessoas, tal dado soma-se ao obtido na questão anterior asseverando que a desmilitarização das PMs não encontra concordância da comunidade, não sendo uma forma efetiva de diminuir a criminalidade.

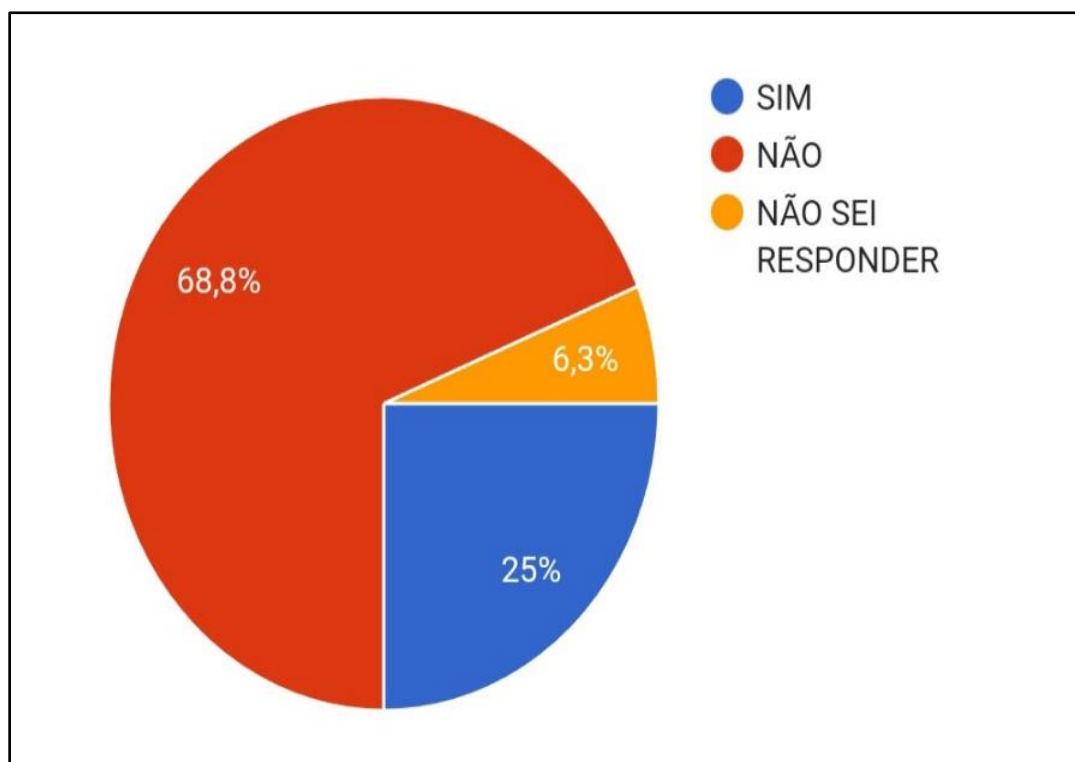
**Gráfico 06.** Você confia na instituição Polícia Militar?



Fonte: Elaboração própria (2023)

Dos entrevistados 68,8% afirmaram não possuir informações precisas sobre números e dados confiáveis para acompanhar a atuação das forças de segurança pública, situação se mostra preocupante pois não é possível determinar se as instituições governamentais estariam falhando na comunicação junto à comunidade ou se as formas de acesso aos dados seriam pouco intuitivas ou difícil.

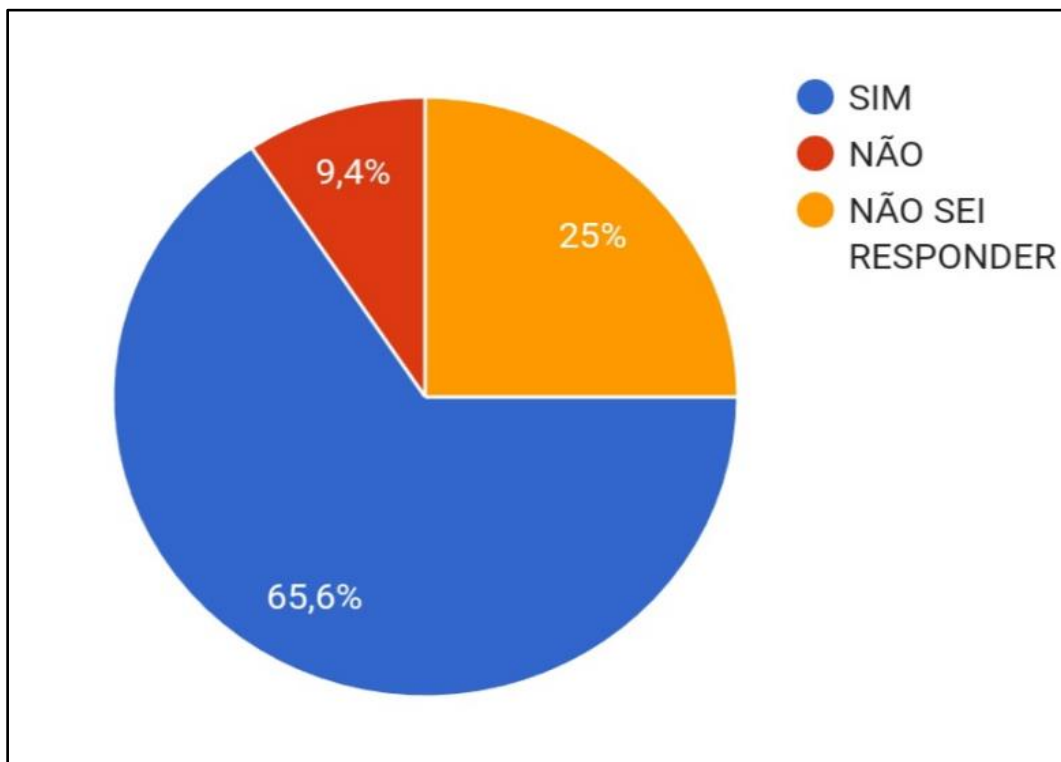
**Gráfico 07.** Você tem informações precisas a respeito, por exemplo, de números e dados confiáveis para acompanhar a atuação das forças de segurança?



Fonte: Elaboração própria (2023)

Apesar de 84,4% dos entrevistados terem assinalado confiar na instituição Polícia Militar, conforme apresentado anteriormente, 25% afirmaram não saber se a atuação dessa instituição seria ética, e 9,4% (mesmo número de pessoas que afirmaram não confiar na Polícia Militar) não consideram sua atuação ética.

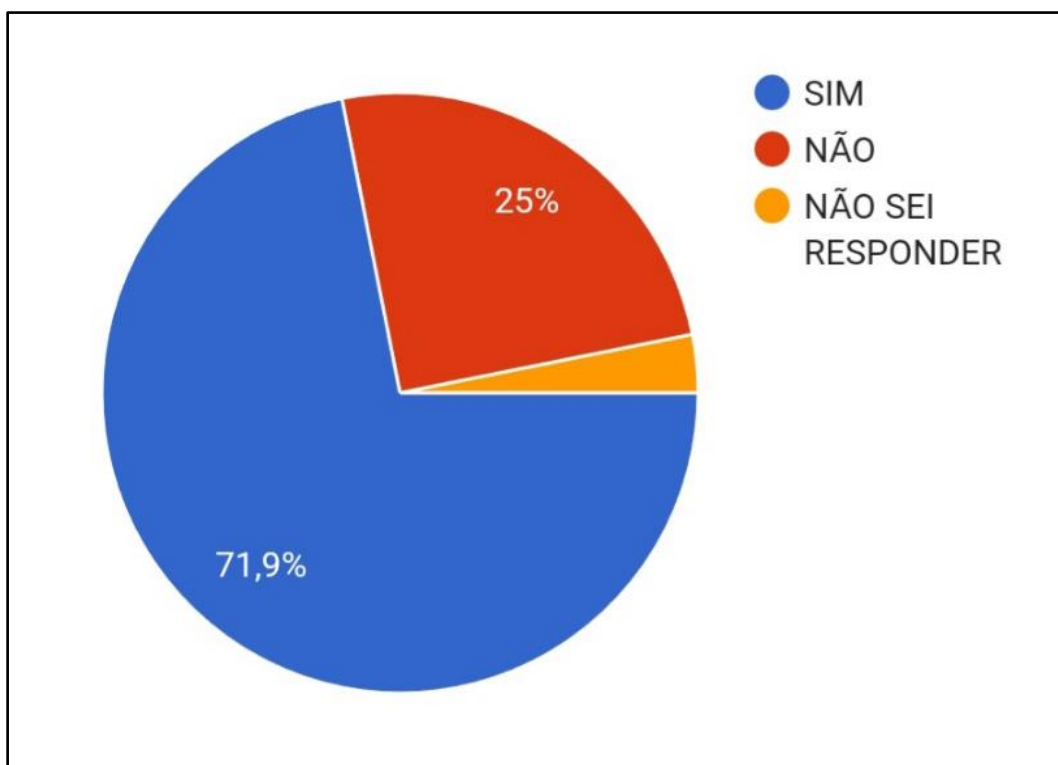
**Gráfico 08.** Você considera ética a atuação das polícias militares?



Fonte: Elaboração própria (2023)

Ficou evidente que a forma de atuação de combate à criminalidade, chamada de “linha dura” encontra amparo junto à comunidade, tendo 75% dos membros do Conseg apontado ser o caminho para redução da violência, embora 25% não acreditem na referida prática.

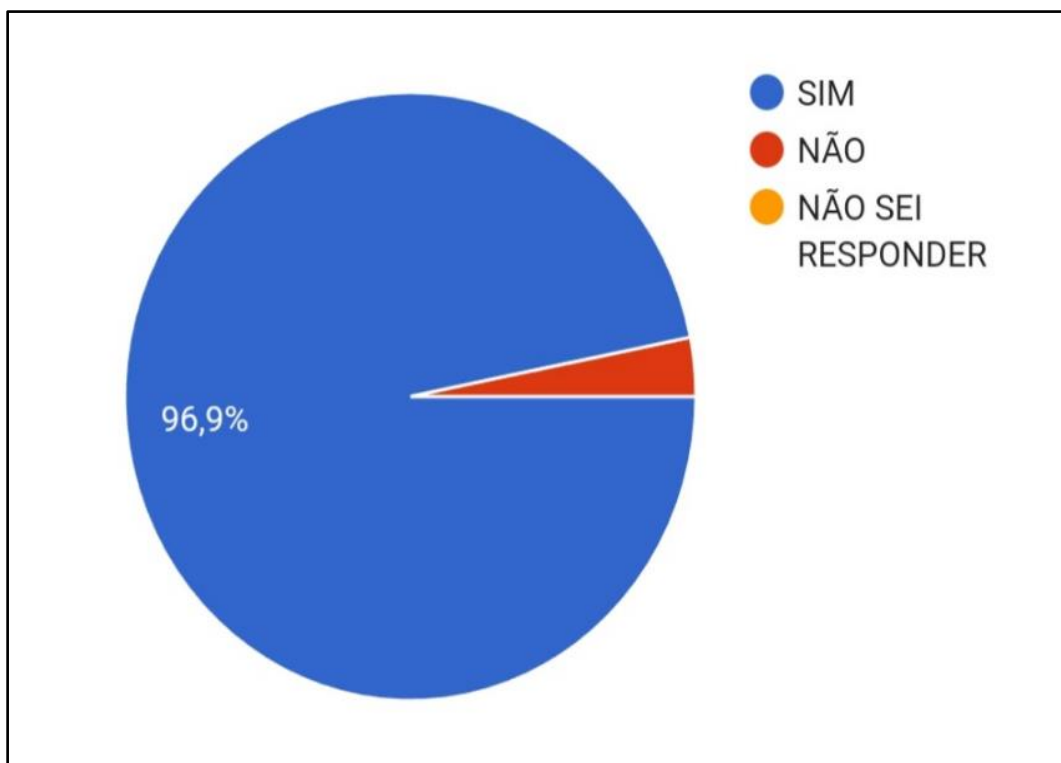
**Gráfico 09.** Você acredita que o combate à criminalidade chamado “linha dura”, é o caminho para a redução da violência?



Fonte: Elaboração própria (2023)

Por fim, mesmo as políticas públicas sendo norteadoras das atuações das instituições componentes da segurança pública, ainda assim não encontram consenso entre os entrevistados, 3,1% não acreditam que interfere no aumento ou diminuição da violência, porém ampla maioria, 96,9%, acredita ser um fator determinante no combate à criminalidade.

**Gráfico 10.** Você acredita que políticas públicas interferem no aumento ou diminuição da violência?



Fonte: Elaboração própria (2023)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha ocorrido grande diminuição da violência nos últimos anos em âmbito nacional, especialmente no estado de Goiás, uma parcela considerável dos participantes da pesquisa não acredita que haja confiança mútua entre instituições de segurança pública e a sociedade, ressaltando que o tema “polícia como prestadora de serviço para a comunidade” está sendo amplamente discutido e é voluptuosamente aceito pelos membros do Conseg, entretanto, ainda não é consenso que a atuação tenha ocorrido de tal forma.

Considerando que a sociedade contemporânea vive em um ambiente em que a informação possui propagação rápida, e que em tese há transparência no conteúdo, a maioria dos entrevistados mostrou-se a favor do governo disponibilizar informações referentes às estruturas das polícias e metodologia de trabalho.

No que concerne a desmilitarização das Polícias Militares, esta não encontra acolhimento pela maioria dos pesquisados, os quais não entendem que tal política pública seria benéfica para a sociedade, em paralelo, a Polícia Militar, um dos pilares da segurança pública, se mostrou uma instituição confiável para os membros do Conseg, outrossim, 1/4 do universo populacional não sabe dizer se a atuação dessa instituição seria ética, e 1/10 não consideraram sua atuação ética.

As políticas públicas, ditando os parâmetros de atuação das instituições componentes da segurança pública, se mostraram ser um fator determinante no combate à criminalidade para as pessoas pesquisadas, além disso ficou evidente que a forma de atuação de combate à criminalidade chamada de “linha dura” encontra amparo junto à comunidade.

Por fim, algumas reflexões foram levantadas durante o estudo em epígrafe, a forma de atuação na área de segurança se mostra um tema extremamente complexo, não havendo unanimidade em nenhum dos questionamentos, ainda assim foi possível observar que é de suma importância que os órgãos governamentais possam adotar mecanismos capazes de repassar informações precisas sobre números e dados confiáveis para acompanhar a atuação das forças de segurança pública. Carece, nesse ponto, de um estudo para determinar onde encontra-se a falha no repasse dessas informações, a partir desse estudo, os seus resultados poderiam ser aplicados na aproximação entre a comunidade e instituições operadoras da segurança pública. A sociedade em geral, a partir de um policiamento comunitário, poderia obter capilaridade, nesse diapasão os indivíduos atuariam como “braço da segurança pública”, denunciando e robustecendo com informações ou mesmo impedindo que crianças e adolescentes entrem para o crime.

## REFERÊNCIAS

- VLEMINCKX, K.; SOCIEUXA. **Origem da Segurança Social**. Knowledge Development Coordinator, 2023.  
Disponível em: <<https://socieux.eu/pt/blog/a-origem-da-seguranca-social/>>. Acesso em: 02 de outubro de 2023 .
- SILVA, A. L. **O Policiamento Comunitario: sua implantação em Curitiba: PMPR, UFPR**, Monografia, CSP, 2001, 54 p.
- ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea**. 282 p. Tese (apresentada como exigência parcial para o Concurso de Livre-Docência em Ciências Humanas) - Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
- ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junho, p. 7-8, 2002.
- BENGOCHEA, J. L. et al . **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. *Revista Katálysis*, v. 14, p. 59-67, 2011.
- CNN BRASIL. **Políticas Públicas: entenda o que são, para que servem e veja exemplos**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/politicas-publicas/#:~:text=O%20conceito%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas,e%20bem%20Destar%20aos%20brasileiros>>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.
- FARAH, M. F. dos S. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo**. In: FERRAREZI, E.; SARAIVA, E. (Org.). *Políticas públicas*, Brasília: ENAP, 2006. (Coletânea, v. 2).
- PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.
- POLICIA PENAL. ESTADO DE GOIÁS. **Conseg dá posse a novos conselheiros, em Goiânia**. Disponível em: <<https://www.policia penal.go.gov.br/noticias-da-dgap/conseg-da-posse-a-novos-conselheiros-em-goiania.html>>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. ESTADO DE GOIÁS. **Goiás alcança redução recorde em indicadores de crimes violentos em 2021**. Disponível em: <<https://www.seguranca.go.gov.br/ultimo-segundo/goias-alcanca-reducao-recorde-em-indicadores-de-crimes-violentos-em-2021.html>>. Acesso em: 24 de agosto de 2023.
- SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora

FGV, 2007.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SILVA, G. L. F. KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 531–534, 2017. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.11i2.0013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8846>, Acesso em: 26 nov. 2023.

SCHWANDT, T. A. **Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

## APÊNDICE A - Questionário aplicado aos participantes

Questionário aplicado	
1. Na sua opinião existe confiança mútua entre as instituições de segurança pública e a sociedade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
2. As polícias dos governos democráticos deveriam adotar, cada vez mais, a cultura de prestação de serviços da Polícia Comunitária, a qual deve estar diretamente envolvida com o cidadão?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
3. Você acredita que as Polícias atuam como prestadores de serviço para a comunidade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
4. O governo deveria disponibilizar informações de como estão as polícias, tanto estruturalmente quanto de metodologia de trabalho?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
5. Na sua opinião, a pauta política que tem tentado desmilitarizar as PMs e passar a ter coordenadorias ocupadas por civis traria benefícios para a sociedade?	<input type="checkbox"/> Avanço <input type="checkbox"/> Retrocesso <input type="checkbox"/> Não sei responder
6. Você confia na instituição Polícia Militar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
7. Você tem informações precisas a respeito, por exemplo, de números e dados confiáveis para acompanhar a atuação das forças de segurança?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
8. Você considera ética a atuação das polícias militares?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
9. Você acredita que o combate à criminalidade chamado “linha dura”, é o caminho para a redução da violência?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder
10. Você acredita que políticas públicas interferem no aumento ou diminuição da violência?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei responder